EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. 3. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados nos autos são suficientes para a comprovação da autuação. 4. Não representa confisco a multa aplicada em ação fiscal referente a fato contrário à lei, quando atende o limite legal. 5. "Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondente." - art. 123 do CTN. 6. Deixar de recolher o imposto, na condição de responsável solidário por substituição tributária, apurado através de levantamento específico referente ao produto Álcool Etílico Hidratado Carburante constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, sem prejuízo do imposto devido. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/08/2013. DATA DO ACÓRDÃO: 19/08/2013.

ACORDÃO N.3406- 1a. CPJ. RECURSO N.7361 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172009510000162-2) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. 3. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados nos autos são suficientes para a comprovação da autuação. 4. Não representa confisco a multa aplicada em ação fiscal referente a fato contrário à lei, quando atende o limite legal. 5. "Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondente." - art. 123 do CTN. 6. Deixar de recolher o imposto, na condição de responsável solidário por substituição tributária, apurado através de levantamento específico referente ao produto Álcool Etílico Hidratado Carburante constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, sem prejuízo do imposto devido. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/08/2013. DATA DO ACÓRDÃO: 19/08/2013.

ACORDÃO N.3405- 1a. CPJ. RECURSO N.7359 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172009510000167-3) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. 3. Deve ser indeferida a diligência quando os documentos acostados nos autos são suficientes para a comprovação da autuação. 4. Não representa confisco a multa aplicada em ação fiscal referente a fato contrário à lei, quando atende o limite legal. 5. "Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes," - art. 123 do CTN. 6. Deixar de recolher o imposto, na condição de responsável solidário por substituição tributária, apurado através de levantamento específico referente ao produto óleo diesel marítimo constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, sem prejuízo do imposto devido. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/08/2013. DATA DO ACÓRDÃO: 19/08/2013. ACORDÃO N.3404- 1a. CPJ. RECURSO N.7259 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 062011510000059-8) CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser declarada a nulidade da decisão de 1ª Instância, na medida em que não foram analisadas todas as questões suscitadas na impugnação e as inerentes à validade da exigência fiscal, situação que caracteriza cerceamento de defesa (hipótese do art. 71, II da lei nº 6.182/98), a fim de que, após diligência, novo julgamento seja proferido. 3. Recurso Voluntário conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade da decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2013. DATA DO ACÓRDÃO: 14/08/2013. PLENO

ACORDÃO N.421- PLENO. RECURSO N.168 - RECONSIDERAÇÃO (PROCESSO/AINF N.: 182010510001634-9) CONSELHEIRO RELATOR: EDUARDO DE SOUZA DIAS. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. É vedado ao julgador administrativo a apreciação de matéria relativa à constitucionalidade ou validade da lei, na forma do inciso III do art. 26 da Lei n. 6.182/98. 3. Deixar de recolher o ICMS em virtude de utilização de crédito presumido calculado sobre o ICMS devido, não havendo Resolução da Comissão da Política de Incentivo do Estado do Pará, publicada no Diário Oficial do Estado, que outorgue o referido tratamento tributário, constitui infringência à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 4. Recurso de Reconsideração conhecido e improvido, para manter a decisão recorrida. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/08/2013. DATA DO ACÓRDÃO: 20/08/2013. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Ivanildo Pereira de Pontes, Carlos Francisco de Sousa Maia e Maria de Lourdes Magalhães Pereira que votaram pelo provimento do Recurso.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AINF-CERAT MARITUBA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 575947

O Ilmo. Sr. MOACYR DINELLY DE SOUZA NAVARRO, Coordenador Fazendário desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais da empresa abaixo relacionada que foi lavrado contra a mesma os AUTO(S) DE INFRAÇÃO (S) E NOTIFICAÇÃO (S) FISCAL (S) nº 092013510000905-1 e 092013510000906-0, oriunda da Ação Fiscal de Rotina Pontual nº 0922013820000175-8, ficando NOTIFICADOS, na forma do disposto pelo Artigo 14, Inciso III, §§1º. 2º e 3º, Item III da Lei nº 6.182, de 30/12/98, e alterações posteriores a PAGAR ou APRESENTAR defesa no prazo de 30 dias, a contar de 15 dias data da ciência deste Edital, na sede da Coordenação Regional de Administração Tributária e não Tributária - CERAT- Marituba, situada à Rod. BR 316, Km 13-Centro Marituba-Pa. Ressaltando que o não atendimento no prazo estabelecido, ensejará a adoção de medidas cabíveis em defesa do Erário Estadual.

AFRE: Nara Suely Tavares Baía
RAZÃO SOCIAL: Comercial Maresia do Peixe Ltda
INSCRIÇÃO ESTADUAL : 15.393.626-6
Marituba (Pa), 28 de Agosto de 2013
.MOACYR DINELLY DE SOUZA NAVARRO
Coordenador Fazendário -CERAT MARITUBA

PORTARIAS CEEAT IPVA/ITCD NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 575960

PORTARIA N.º2909-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 28/08/2013 - PROC N.º 0420137300042476/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2013 Base Legal: art.3º inc XI da Lei 6017/96 c/c decr 2703/06 e in 009/2007.

Interessado: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana Em Santarém
Marca Tipo Chassi
VW/GOL 1.0 GIV Pas/Automovel 9BWAA05W4AP003738

PORTARIA N.º2910-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 28/08/2013 - PROC N.º 0320137300034135/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2013 Base Legal: art.3º, XII, Lei 6017/96, decr 2703/06 e in nº 009/2007

Interessado: Luciana da Silva Araujo
Marca Tipo Chassi
NISSAN/LIVINA 18S Pas/Automovel 94DTBAL10AJ520709

EDITAL - CERAT REDENÇÃO - AINF NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 575962

O Ilmo. Sr. NIVALDO FARIAS BREDERODE, Coordenador Fazendário de Redenção, desta Secretaria Executiva da Fazenda, FAZ SABER ao titular ou representante legal do contribuinte abaixo relacionado que foi lavrado o AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL, ficando a mesma NOTIFICADA, na forma do disposto pelo art. 14, Inciso III, da Lei nº 6.182, de 30.12.98, a PAGAR ou APRESENTAR Impugnação no prazo de 30 dias, a contar de 15 dias após a data de publicação deste Edital, na sede da CERAT, situada à Avenida Marechal Rondon - Nº 855 - Centro - Redenção - PA, ressaltando que o não atendimento no prazo estabelecido, ensejará a adoção de medidas cabíveis em defesa do Erário Estadual.

Ana da Graça Fagundes Ferreira
Fiscal da Receita Estadual
RAZÃO SOCIAL : Valdemar Ferreira de Souza
INSCRIÇÃO ESTADUAL : 15.352.149-0
A.I.N.F. Nº : Nº 37.2013.51.000.0435-2
NIVALDO FARIAS BREDERODE
Coordenador - CERAT - Redenção

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAIF/DTR NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 575974

PORTARIA Nº 2013330001546, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

CONCEDER, nos termos da Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, do Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, em favor de ANTONIO MARCOS DA SILVA FIGUEIREDO, inscrito (a) no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob o n.º 373.339.682-00 a isenção do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de veículo automotor novo a ser adquirido por pessoa portadora de Deficiência Física, conforme descrição abaixo:

MARCA/MODELO: I/HONDA CITY LX FLEX
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$60.500,00
VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$48.031,42
CONCLUSÃO DA JUNTA MÉDICA:

(G) Obrigatório O Uso De Veículo Com Embreagem Manual Ou Com Automação De Embreagem Ou Com Transmissão Automática CONDUTOR AUTORIZADO:
Este ato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado, vedado sua prorrogação.

PORTARIA Nº 2013330001549, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

CONCEDER, nos termos da Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, do Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, em favor de MIRACELI ALVES FAYAL ALMEIDA, inscrito (a) no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob o n.º 063.550.302-63 a isenção do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de veículo automotor novo a ser adquirido por pessoa portadora de Deficiência Física, conforme descrição abaixo:
MARCA/MODELO: I/HONDA CIVIC LX5
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$69.900,00
VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$55.611,58
CONCLUSÃO DA JUNTA MÉDICA:

(A) Obrigatório O Uso De Lentes Corretivas
(D) Obrigatório O Uso De Veículo Com Transmissão Automática
(F) Obrigatório O Uso De Veículo Com Direção Hidráulica
CONDUTOR AUTORIZADO:

Este ato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado, vedado sua prorrogação.

PORTARIA Nº 2013330001552, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.

CONCEDER, nos termos da Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, do Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, em favor de LEURI JEFFERSON DE ANDRADE MORAES, inscrito (a) no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob o n.º 431.805.152-87 a isenção do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e de Comunicação - ICMS, na aquisição de veículo automotor novo a ser adquirido por pessoa portadora de Deficiência Física, conforme descrição abaixo:

MARCA/MODELO: I/HONDA CIVIC LX5
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$69.900,00
VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$55.611,58
CONCLUSÃO DA JUNTA MÉDICA:

(G) Obrigatório O Uso De Veículo Com Embreagem Manual Ou Com Automação De Embreagem Ou Com Transmissão Automática
CONDUTOR AUTORIZADO:

Este ato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado, vedado sua prorrogação.

PORTARIA DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 575981

PORTARIA N.º201304005168, DE 28/08/2013 - PROC N.º 2013730019436/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2013 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Sidiley Damasceno Bandeira - CPF: 628.564.992-87
Marca/Tipo/Chassi ATTRACTIV 1.4/Pas/
FIAT/SIENA AUTOMOVEL/9BD197132D3026907

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL - CERAT-CAPANEMA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 576000 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AINF

O Ilmo. Sr. DERCELINO GONÇALVES DA COSTA Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Capanema, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foi lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, resultante da Programação em Profundidade de Exercício Fechado Dirigido/Especial nº 002011480000725-0 ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera Notificado o Contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação, localizada na Rua João Pessoa, 109, Centro, município de Capanema (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AINF's
R. G. SANTANA & CIA LTDA.	15.260.377-8	122013510000059-0 122013510000060-4

DERCELINO GONÇALVES DA COSTA
Coordenador Fazendário